

# INTERLOCUÇÕES SOBRE LÍNGUA DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE SURDOS



Neiva de Aquino Albres  
Mairla Pereira Pires Costa  
(Organizadoras)

Neiva de Aquino Albres  
Mairla Pereira Pires Costa  
(Organizadoras)

# INTERLOCUÇÕES SOBRE LÍNGUA DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE SURDOS



Florianópolis - SC

2021

© 2021 by Biblioteca Universitária UFSC

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

l61 Interlocuções sobre língua de sinais e educação de surdos [recurso eletrônico] / Neiva de Aquino Albres, Mairla Pereira Pires Costa (organizadoras). - Florianópolis : UFSC, 2021. 99 p. : il. color.

E-book(PDF)

ISBN 978-65-87206-65-3

1. Língua brasileira de sinais. 2. Surdos - Educação. I. Albres, Neiva de Aquino. II. Costa, Mairla Pereira Pires.

CDU: 376.353

Elaborada pelo bibliotecário Fabrício Silva Assumpção  
- CRB-14/1673

**APOIO**



Biblioteca Universitária - BU  
Campus Universitário, Acesso Trindade,  
Setor D - 88040-900 Florianópolis, SC  
Fone: (48) 3721-9310 \ 3721-4452 <http://portal.bu.ufsc.br//>

Produzido no Brasil  
Printed in Brazil



## **Organização**

Neiva de Aquino Albres

Mairla Pereira Pires Costa

## **Revisão ortográfica e gramatical**

Danielle Vanessa Costa Sousa

## **Revisão ABNT**

Mairla Pereira Pires Costa

## **Editoração Eletrônica**

Neiva de Aquino Albres

Mairla Pereira Pires Costa

## **Comissão Editorial**

Carolina F. Rodrigues Fomin - Instituto Singularidades - SP

Danielle Vanessa Sousa - Instituto Federal do Maranhão

Vânia de A. Albres Santiago - Pontifícia Universidade Católica - SP

Licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-  
Não Comercial



## SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Agradecimentos .....	9
Tempos e espaços da educação de surdos.....	11
<i>Bianca Ribeiro Pontin, Luciane Bresciani Lopes e Juliana de Oliveira Pokorski</i>	
Ambientes linguísticos possíveis da educação de surdos no Brasil a partir das políticas educacionais inclusivas .....	31
<i>Pedro Henrique Witches e Virgínia Maria Zilio</i>	
O surdo autista e a aquisição da língua de sinais na perspectiva da educação bilíngue e inclusiva.....	49
<i>Giovana Cristina Dutra de Campos, Roney Anderson dos Santos Bezerra Magda Cristina Schulz</i>	
A proposta curricular para a Educação Infantil no município de Palhoça/sc e o atendimento de alunos surdos .....	64
<i>Beatriz Schüssler e Ana Paula Jung</i>	
Ensino de Libras para profissionais da saúde: um estudo de caso .....	80
<i>Elaine Aparecida de Oliveira da Silva</i>	

## APRESENTAÇÃO

Faz-se necessário partir da dimensão bakhtiniana, para a qual o discurso não é individual, mas sim uma produção resultante da relação com outros discursos e entre sujeitos (BAKHTIN, 1999). A organização de um livro fruto de uma intensa interlocução em evento científico com dias profícuos de enunciados concretos e situados historicamente revela a mais intensa vivência com a linguagem.

Este volume é o resultado de pesquisas apresentadas no II Colóquio Internacional Educação de Surdos Libras e Interpretação (CIESLI), realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PPGET), nos dias 17 e 18 de outubro de 2019. O CIESLI é um evento periódico, que permite a discussão acerca da educação de surdos e os embates atuais que envolvem essa questão. O ponto central deste esforço se constitui na perspectiva de

evidenciar a discussão teórico-prática que abarca diferentes profissionais. Isso significa fortalecer princípios assumidos pela UFSC de disseminar a discussão para a comunidade por meio da extensão articulada à pesquisa e ao ensino, articulando diferentes áreas.

Essa articulação exige um diálogo interdisciplinar, ou seja, a integração entre diferentes campos do conhecimento. Desta forma, a realização deste evento é uma oportunidade importante para divulgar, refletir e discutir a educação dos surdos, a Libras como língua de instrução e a interpretação educacional, e para integrar os diversos personagens (docentes, discentes, professores de surdos, intérpretes e comunidade em geral). Nesse contexto, salienta-se o papel fundamental do CIESLI como espaço de interlocução entre pesquisadores de outras instituições, pós-graduandos e graduandos, o que incentiva o diálogo entre pesquisadores iniciantes e experientes.

Nesse colóquio encontramos pesquisadores de todo o país e estrangeiros. Os trabalhos apresentados promoveram intensa troca, sendo corporificados neste volume. Uma obra bilíngue porque os trabalhos são apresentados em português escrito e em Língua Brasileira de Sinais (Libras), esta por meio de link para nosso canal no Youtube, onde foram congregados os textos/discursos em Libras.

O livro reúne cinco capítulos, que são divididos em duas seções, a saber: i) pesquisas sobre educação de surdos e políticas educacionais; e, ii) ensino de Libras. Como tal, o volume aponta para a pluralidade de contextos educacionais, procedimentos metodológicos e abordagens teóricas.

## AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento especial à artista surda norte-americana, Nancy Rourke<sup>1</sup>, que nos cedeu gentilmente sua arte para ilustrar este volume. As obras que compõem a capa são, respectivamente da esquerda para direita e de cima para baixo: *Unity of Global Signing* (2011), *We Came We Saw We Conquered* (2010), *Socializing* (2018) e *Free of Audism* (2013).

Our special thanks to Nancy Rourke, Deaf artist from the US, who kindly provided her artwork to illustrate this volume. The works that make up the cover are, respectively from left to right and top to bottom: *Unity of Global Signing* (2011), *We Came We Saw We Conquered* (2010), *Socializing* (2018) e *Free of Audism* (2013).



Fonte: Facebook da artista.

---

<sup>1</sup> Para conhecer as obras da artista, acesse: <https://www.nancyrourke.com/index.htm>. Sobre a artista, acesse: <https://youtu.be/oUivxtk5b7E>.

**LÍNGUAS DE  
SINAIS E  
EDUCAÇÃO DE  
SURDOS**

# TEMPOS E ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Bianca Ribeiro Pontin<sup>1</sup>  
Juliana de Oliveira Pokorski<sup>2</sup>  
Luciane Bresciani Lopes<sup>3</sup>



<https://youtu.be/AV0RGTYU2mY>



**Palavras-chave:** Espaços da educação. Educação de Surdos. Educação Bilíngue.

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Departamento de Estudos Especializados (DEE), Faculdade de Educação (FACED), Doutoranda em Educação, e-mail: biancapontin@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente da UFRGS, DEE/FACED, Doutoranda em Educação. E-mail: juliana.pokorski@gmail.com.

<sup>3</sup> Docente da UFRGS, DEE/FACED, Mestre em Educação. E-mail: lbresciani@gmail.com.

## Introdução

Este trabalho objetiva divulgar e fazer circular o vídeo documentário “Tempos e Espaços da Educação de Surdos”, elaborado a partir de um projeto de extensão na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2018. O referido vídeo foi produzido tendo como pergunta central “Qual a educação que os surdos demandam?” e, desta forma, o vídeo foi composto por trechos selecionados de entrevistas realizadas com alunos das escolas de surdos do Rio Grande do Sul. O objetivo da realização deste trabalho era de tornar público, em um formato acessível e em uma linguagem que atendesse a um público amplo, os resultados da pesquisa “Produções culturais surdas no Contexto da Educação Bilíngue” desenvolvida pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa em

Educação de Surdos (GIPES) entre os anos de 2016-2018.

Organizamos esse trabalho da seguinte forma: inicialmente optamos por fazer um relato detalhado do processo metodológico que resultou no vídeo, apresentando a pesquisa que embasou a produção dos dados, a elaboração de eixos analíticos e finalização do material midiático. Na sequência, apresentamos as questões teóricas sobre a educação bilíngue para os surdos a partir do campo dos Estudos Surdos e Estudos Culturais, articulando às falas dos alunos com a apresentação dos quatro grupos de entrevistas. Na última parte apresentamos as conclusões do presente estudo, e desde já, destacamos a necessidade de articulação entre a pesquisa e a extensão para produção de conhecimento acerca da temática da educação de surdos.

## Metodologia

Na atualidade observamos uma produção acadêmica considerável acerca do espaço escolar e a educação de surdos. No entanto, nem sempre as pesquisas são divulgadas para além do âmbito acadêmico ou em uma linguagem acessível ao público em geral. Pensando na relevância dos dados produzidos durante a pesquisa “Produções Culturais Surdas no Contexto da Educação Bilíngue” e na necessidade de divulgar esses resultados de maneira ampla, assumindo um compromisso ético com as escolas participantes da pesquisa e com a comunidade surda, produzimos um documentário em curta-metragem. A produção do vídeo-documentário “Tempos e Espaços na Educação de Surdos” também se justificou pela importância de produzir dados em língua de sinais, língua primeira da comunidade surda, público alvo da pesquisa já mencionada.

O documentário em curta-metragem foi produzido a partir de excertos de entrevistas realizadas com alunos das escolas de surdos de Porto Alegre e Região Metropolitana. A pesquisa desenvolvida pelo GIPES realizou entrevistas com professores e alunos das treze escolas de surdos do Rio Grande do Sul. Todas as entrevistas com alunos foram realizadas em Libras, filmadas e posteriormente traduzidas para o português escrito.

Em uma primeira etapa da produção do vídeo, as pesquisadoras envolvidas na coordenação do projeto de extensão, ficaram responsáveis pela realização de uma análise geral do conteúdo das entrevistas das escolas de surdos da região em destaque. A partir da análise e discussão do material foram escolhidos os excertos, com base na recorrência e relevância, os quais posteriormente foram categorizados e filmados. Com o objetivo de respeitar o sigilo quanto a identidade dos sujeitos

participantes da pesquisa e das escolas envolvidas, foram produzidas novas filmagens. Os atores surdos, participantes da pesquisa do GIPES, reproduziram as falas dos entrevistados substituindo os verdadeiros, mas mantendo o conteúdo original.

## **Referencial teórico e análise dos dados**

A partir do campo teórico dos Estudos Surdos e Estudos Culturais, compreendemos que a escola de surdos é o berço da cultura surda e espaço de produção da educação bilíngue. A educação bilíngue, segundo Decreto nº 5.626/2005, compreende aquela em que a “Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005, artigo 22, §1º).

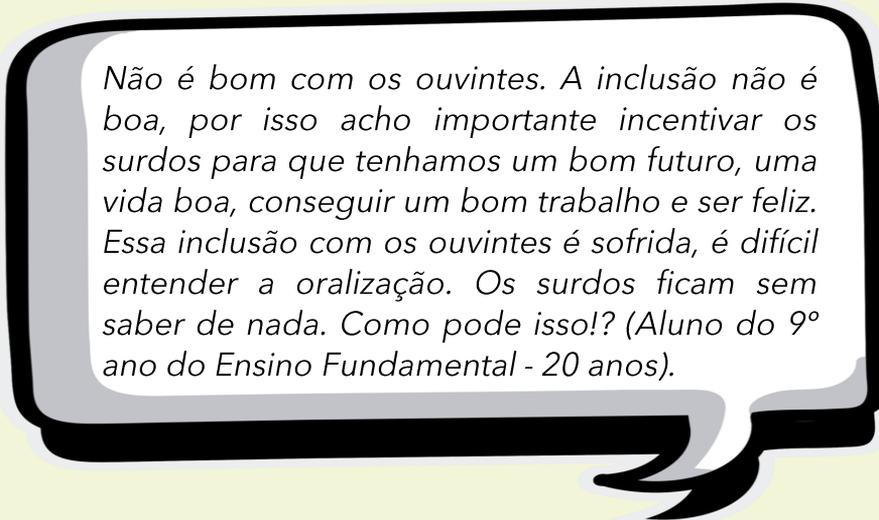
Segundo Dizeu e Caporali (2005), no caso de crianças surdas, filhas de pais ouvintes, a aquisição da língua de sinais não ocorre naturalmente. A maioria dos surdos tem o primeiro contato com a língua de sinais na escola e deste modo, a escola tem um papel imprescindível na constituição da língua, identidade e cultura.

Além disso, a partir da discussão sobre aquisição linguística compreendemos que a produção da identidade surda ocorre a partir de uma língua e no contato surdo-surdo. Neste sentido, na escolha dos excertos identificamos recorrências que organizamos em quatro grupos: 1) *Tempo de desabafar*; 2) *Lugar de encontros*; 3) *Lugar de aprendizagens* e; 4) *Tempo de sonhar*.

### 1) *Tempo de desabafar*

Neste eixo de análise evidenciamos, nos trechos de entrevistas, a inquietação ou crítica a

determinadas situações na vida escolar, principalmente, relacionadas à inclusão escolar, como no trecho a seguir:

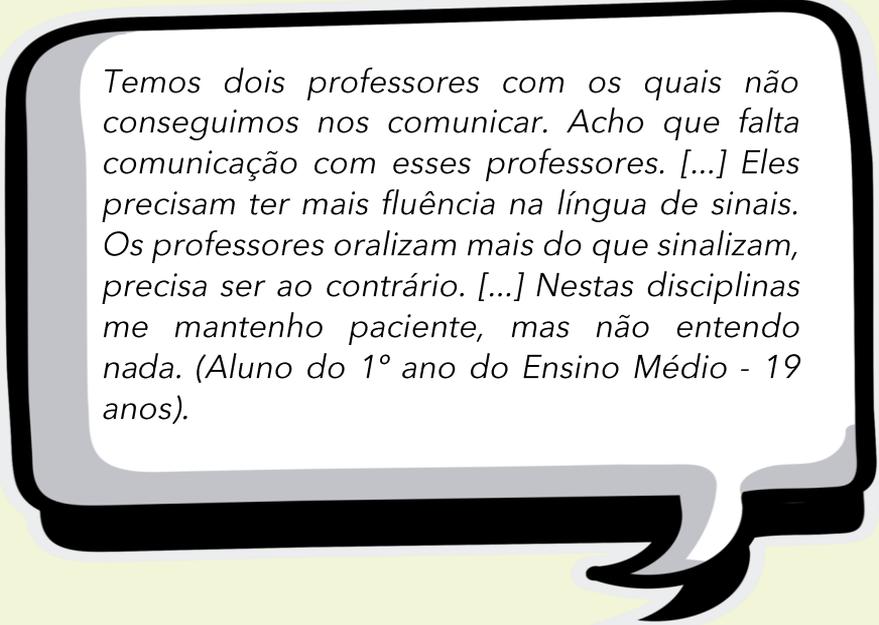


*Não é bom com os ouvintes. A inclusão não é boa, por isso acho importante incentivar os surdos para que tenhamos um bom futuro, uma vida boa, conseguir um bom trabalho e ser feliz. Essa inclusão com os ouvintes é sofrida, é difícil entender a oralização. Os surdos ficam sem saber de nada. Como pode isso!? (Aluno do 9º ano do Ensino Fundamental - 20 anos).*

Segundo Lodi (2013) a discussão sobre a inclusão escolar e a diferença quanto a compreensão dos termos da produção de uma educação para surdos está baseada na leitura que se faz de documentos como o Decreto nº 5.626/2005 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Enquanto que o Decreto foi produzido dentro da

lógica dos “movimentos das comunidades surdas e por pesquisadores da área da educação de surdos” (LODI, 2005, p. 52), a Política “foi construída a partir de um discurso que tem como objetivo valorizar os processos inclusivos dos alunos sob sua responsabilidade” (*idem*).

Desta forma, a educação dos surdos em contextos inclusivos passou a ser efetivada por um discurso que não se relaciona com a prática de uma educação bilíngue. Ainda, os alunos desabafam sobre as dificuldades enfrentadas pela falta da língua de sinais na relação com os professores, afirmando que:



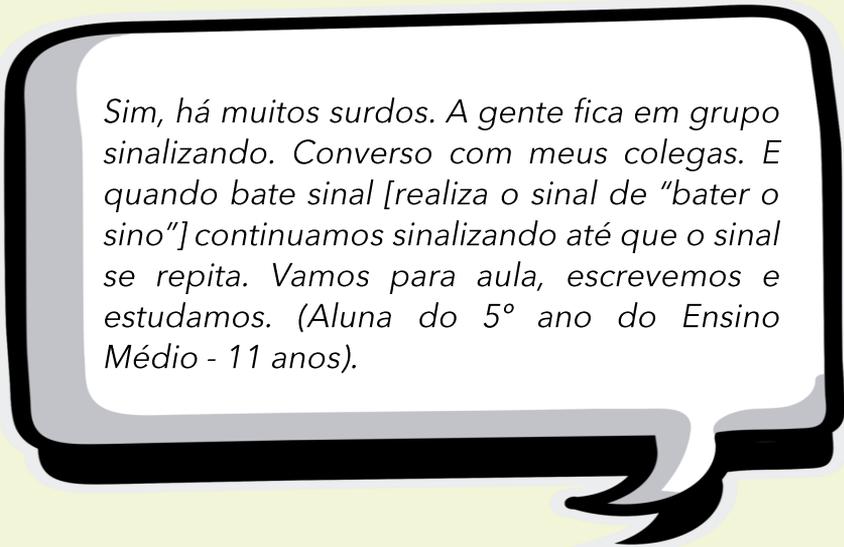
*Temos dois professores com os quais não conseguimos nos comunicar. Acho que falta comunicação com esses professores. [...] Eles precisam ter mais fluência na língua de sinais. Os professores oralizam mais do que sinalizam, precisa ser ao contrário. [...] Nestas disciplinas me mantenho paciente, mas não entendo nada. (Aluno do 1º ano do Ensino Médio - 19 anos).*

Sendo a Libras a língua de instrução da educação de surdos, conforme destacamos anteriormente, quando verificamos a inquietação quanto a falta da língua por parte de professores em contextos escolares identificamos uma fragilidade no processo na formação destes sujeitos. Logo, defendemos a necessidade da presença de profissionais fluentes que possam proporcionar a

produção de um lugar de encontro, o qual discutimos no tópico a seguir.

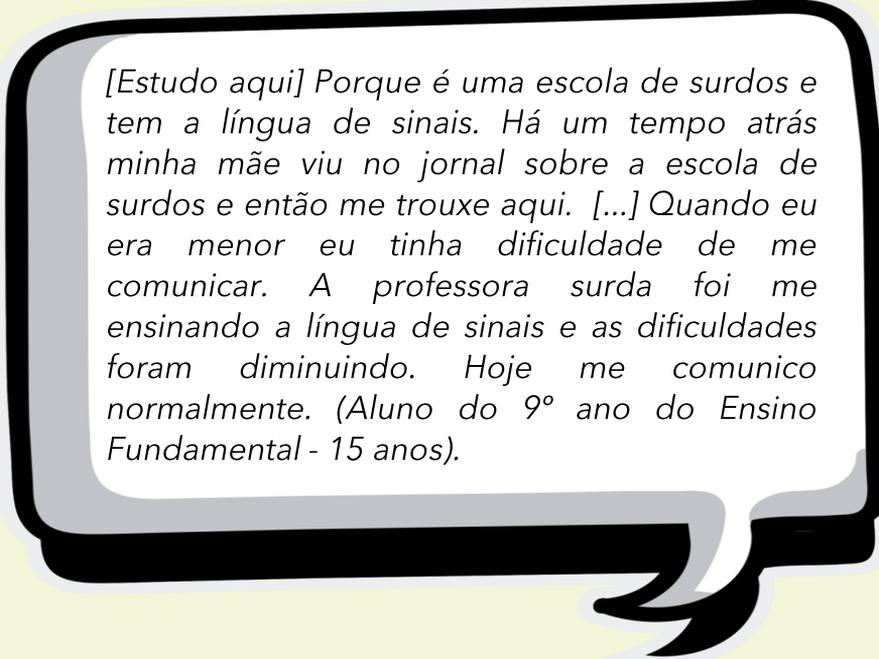
## *2) Lugar de encontros*

Nesse eixo, reafirmamos que a escola bilíngue de/para surdos continua sendo muito importante pois é um espaço onde possibilita constituir-se como não-deficiente. De acordo com Perlin (1998, p. 54) a identidade surda “é uma identidade subordinada com o semelhante surdo [...] o encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda”.



*Sim, há muitos surdos. A gente fica em grupo sinalizando. Converso com meus colegas. E quando bate sinal [realiza o sinal de "bater o sino"] continuamos sinalizando até que o sinal se repita. Vamos para aula, escrevemos e estudamos. (Aluna do 5º ano do Ensino Médio - 11 anos).*

A escola de surdos, o ensino e uso da língua de sinais, os recursos visuais, também é um espaço que cuida do desenvolvimento da linguagem possibilitando a constituição da identidade surda.



*[Estudo aqui] Porque é uma escola de surdos e tem a língua de sinais. Há um tempo atrás minha mãe viu no jornal sobre a escola de surdos e então me trouxe aqui. [...] Quando eu era menor eu tinha dificuldade de me comunicar. A professora surda foi me ensinando a língua de sinais e as dificuldades foram diminuindo. Hoje me comunico normalmente. (Aluno do 9º ano do Ensino Fundamental - 15 anos).*

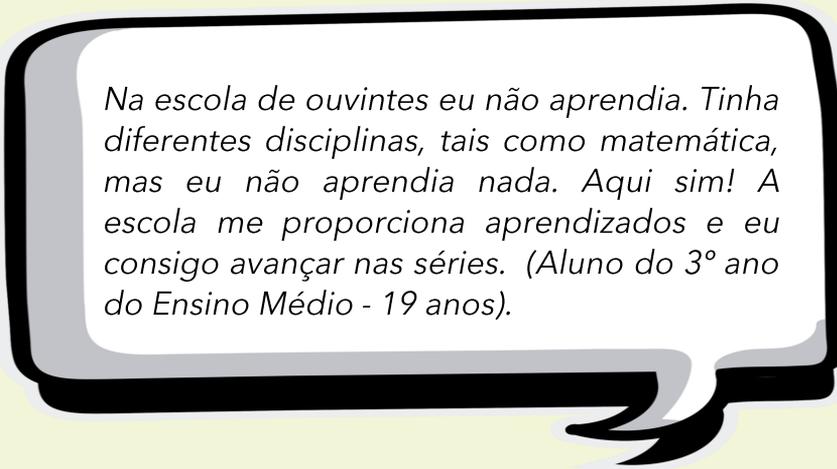
A escola é apresentada como espaço de encontro com o par surdo e com a língua de sinais, quando a escola é vista como o lugar de aprendizagens, um dos destaques narrativos é feito na possibilidade propiciada pela escola de tornar-se surdo. Segundo diversas entrevistas, a escola é o lugar onde são aprendidos modos de ser no mundo,

de conquistar espaços, modos esses que são interseccionados pela fluência linguística, pelo modelo do professor surdo como um modelo profissional e identitário, além do aprendizado de uma série de comportamentos vistos como essenciais para lidar com um mundo majoritariamente ouvinte.

### *3) Lugar de aprendizagens*

Vinculado ao eixo anterior, a língua de sinais que é apontada como um direito deixa de ser colocada como centro, pois discutir a sua presença na escola já não deveria ser necessário. Abre-se espaço, portanto para pensar a escola como um espaço de conhecimento, de aprendizados, tal como aponta Skliar (2019, p. 66) ao afirmar que na educação bilíngue, quando não se deixa para trás o modelo clínico e a “[...] obstinação pelo uso exclusivo

da língua oral foram descobrindo que, para além das controvérsias das línguas, existia a necessidade impostergável do ensino” (SKLIAR, 2019, p. 66). O excerto a seguir ilustra esse eixo:

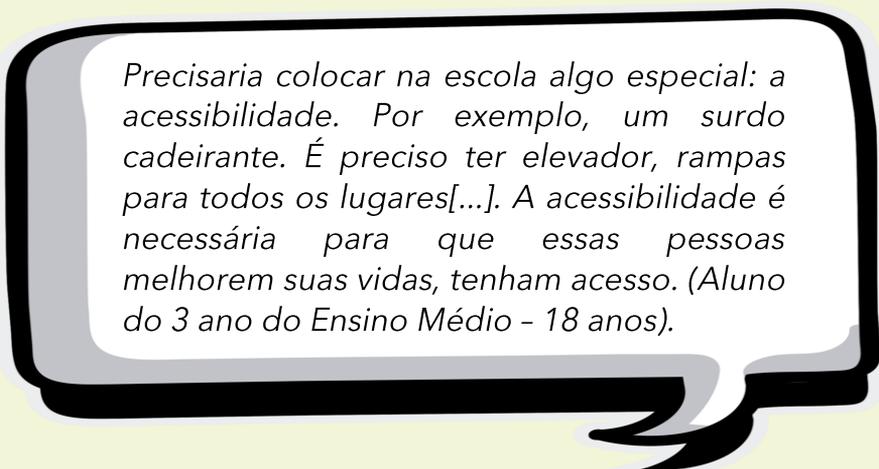


*Na escola de ouvintes eu não aprendia. Tinha diferentes disciplinas, tais como matemática, mas eu não aprendia nada. Aqui sim! A escola me proporciona aprendizados e eu consigo avançar nas séries. (Aluno do 3º ano do Ensino Médio - 19 anos).*

Pensar a escola a partir dessa perspectiva abre espaço para pensar em metodologias de ensino, em didáticas, e sobretudo, em transcender o direito linguístico e demandar o direito à aprendizagem, que deveria ser básico para qualquer estudante.

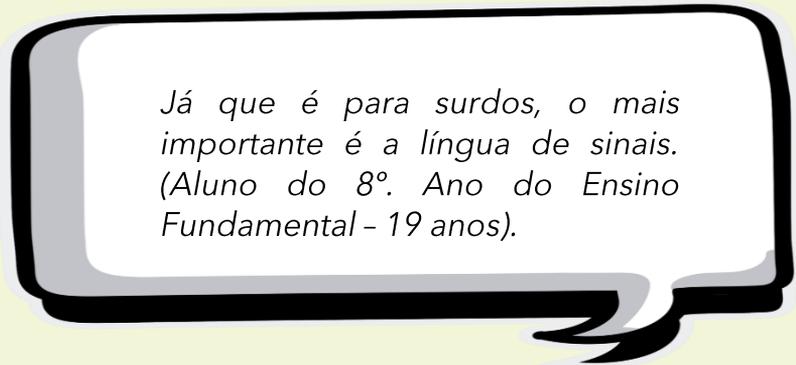
#### 4) *Tempo de sonhar*

No último bloco do vídeo documentário, após apresentar as críticas positivas e negativas em relação à experiência nas escolas de surdos, foram elencadas as demandas dos alunos em relação à própria educação. De maneira resumida, pode-se dizer que a escola sonhada pelos alunos pouco passa por questões de estrutura, embora exista a preocupação de que todos possam ter acesso a escola, como é evidenciado no excerto a seguir:



*Precisaria colocar na escola algo especial: a acessibilidade. Por exemplo, um surdo cadeirante. É preciso ter elevador, rampas para todos os lugares[...]. A acessibilidade é necessária para que essas pessoas melhorem suas vidas, tenham acesso. (Aluno do 3 ano do Ensino Médio - 18 anos).*

A escola sonhada pelos alunos é aquela que possui uma forte presença surda, seja pelo número de matrículas seja pela presença do professor surdo. Vários alunos apresentaram preocupação sobre a manutenção das escolas no momento que as matrículas têm reduzido ano após ano. E, por fim, a frase que finaliza o vídeo também resume o centro de todo documentário e da educação bilíngue para surdos: o respeito ao direito dos estudantes surdos à língua de sinais.



*Já que é para surdos, o mais importante é a língua de sinais.  
(Aluno do 8º. Ano do Ensino Fundamental - 19 anos).*

## Conclusão

As entrevistas produzidas na pesquisa e escolhidas para compor o vídeo documentário, pode servir como base de dados para discussões sobre a educação de surdos na contemporaneidade. Além disso, o registro e divulgação das falas dos alunos das escolas de surdos é um potente instrumento político para colocar em circulação as demandas dos envolvidos na educação de surdos. Podemos concluir que a educação de alunos surdos se apresenta como potente quando parte de um ensino bilíngue e que a língua de sinais é a primeira língua do surdo e deve contemplar o ensino escolar destes sujeitos. E, ainda, que existe nos alunos surdos o desejo do encontro e da aprendizagem, que, segundo eles, ocorre em contextos com outros surdos.

## Referências

BRASIL. *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, ago. 2005.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. *Relatório final do projeto Produções Culturais Surdas no Contexto da Educação Bilíngue (2018)*. Manuscrito não publicado. [S.l.: s.n.], 2014.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. *Educ. Pesqui.* São Paulo , v. 39, n. 1, p. 49-63, Mar. 2013.

PERLIN, Gládis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, C. B. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 51-73.

SKLIAR, Carlos. *A escuta das diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2019.

# AMBIENTES LINGUÍSTICOS POSSÍVEIS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL A PARTIR DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Pedro Henrique Witches<sup>1</sup>  
Virgínia Maria Zilio<sup>2</sup>



[https://youtu.be/idB6rSU\\_bsl](https://youtu.be/idB6rSU_bsl)



**Palavras-chave:** Educação de surdos. Bilinguismo.  
Ambiente linguístico.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no curso de Letras Libras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. E-mail: pedro.witches@ufes.br.

<sup>2</sup> Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Bolsista Capes. E-mail: maria.zilio@gmail.com

## Introdução

O início do comprometimento de diversas nações para que a educação de pessoas com deficiência acontecesse em instituições de ensino regular data a década de 1990. Segundo Thoma e Kraemer (2017), a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, e a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, na Espanha, são dois eventos que marcam esse compromisso internacional.

No Brasil, esse comprometimento foi reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, ainda que, segundo Lopes e Fabris (2013), tal Lei seja criticada por utilizar a palavra preferencialmente ao determinar onde o público alvo da educação especial deve estudar. Considerando a educação de pessoas surdas no contexto brasileiro, a emergência de políticas

educacionais inclusivas tem possibilitado múltiplas configurações do que temos tratado como ambiente linguístico (WITCHES; ZILIO, 2018).

O ambiente linguístico, neste trabalho, tem sido entendido como parte de um ambiente social que permite caracterizar a exposição às línguas e as possibilidades de interação a partir delas. Historicamente, a educação de surdos é marcada pela centralidade das questões relativas ao uso da língua e dos métodos para ensiná-la. Sua emergência tem como principal característica a necessidade de desenvolver, em crianças surdas, a capacidade de fazer uso de uma língua comum para a vida em sociedade e o debate sobre as formas de realizar essa tarefa se estendem até a atualidade. Nesse contexto, nosso objetivo, aqui, é analisar a constituição de ambientes linguísticos possíveis da educação de surdos brasileira.

## Referencial teórico

Para embasar a análise, o trabalho baseia-se em alguns conceitos e perspectivas oriundos de três campos em interface: educação de surdos, educação bilíngue e políticas linguísticas. Assim, assumimos a surdez como uma matriz de experiência possível de ser analisada a partir da correlação de três eixos: a formação de saberes sobre a surdez e os surdos, a normatividade dos seus comportamentos e os seus modos de ser (WITCHES; LOPES, 2015).

Neste trabalho, ressaltamos o segundo eixo, a normatividade do comportamento de sujeitos surdos, em virtude da natureza do material e dos seus possíveis efeitos na condução das condutas. A educação bilíngue para surdos aqui tem sido entendida como a educação bilíngue para crianças de grupos minoritários, conforme categoriza Megale (2005). A autora estabelece essa distinção para

caracterizar a educação bilíngue para crianças do grupo dominante, “quase sempre de caráter elitista visando o aprendizado de um novo idioma, o conhecimento de outras culturas e a habilitação para completar os estudos no exterior” (MEGALE, 2005, p. 9-10).

A relevância do bilinguismo para surdos tem sido evidenciada em pesquisas linguísticas e educacionais nas últimas décadas, como no estudo desenvolvido por Quadros e colaboradoras (2016) sobre o desenvolvimento bilíngue bimodal de crianças surdas com implante coclear e crianças ouvintes, filhas de pais surdos, expostas a duas línguas de modalidades diferentes, a Libras e o português brasileiro. As autoras concluem que o acesso irrestrito “a uma língua de sinais desde o nascimento pode ter sido um dos fatores que contribuiu para que a aquisição da língua oral ocorresse de forma esperada ou próxima ao

esperado” (QUADROS *et al.*, 2016, p. 20-21), uma vez que a aquisição da segunda língua foi iniciada após o andamento do processo de aquisição da linguagem.

No que concerne à análise de políticas públicas da educação bilíngue (Libras/Português) para surdos, tomamos como base o estudo de Albres (2017) sobre os espaços disponibilizados para a educação de surdos na região sul do Brasil. Em sua análise, a autora reforça a necessidade de



[...] repensar os espaços escolares para além da sala de aula em que estejam corpos surdos e ouvintes sem que haja uma comunicação, interação e aprendizagem efetivamente (ALBRES, 2017, p. 358).

Considerando que a constituição linguística desses espaços está pautada em uma política linguística que, para Calvet (2007, p. 11),

compreende a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”, adotamos uma abordagem glotopolítica na análise. Nas palavras de Lagares (2018, p. 32), “reconhece-se como *glotopolítica* toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos e níveis”.

## **Metodologia**

A pesquisa apresentada é do tipo exploratória, de cunho qualitativo e caráter documental. Para desenvolvimento da análise, foi selecionado um conjunto de documentos oficiais, composto por legislações e políticas educacionais que regulamentam e orientam a educação de surdos no país desde 2005. Foram selecionados os seguintes documentos: o Decreto nº 5.626/2005 (que regulamenta a Lei nº 10.436/2002), a Lei nº

13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o documento subsidiário Orientações para implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2015a).

A partir da leitura analítica desses documentos, buscou-se identificar normativas ou orientações que possibilitam caracterizar possíveis configurações do ambiente linguístico em que a educação de surdos acontece. É importante destacar que tal análise não necessariamente corresponde à materialidade das práticas escolares no país, nem mesmo à totalidade das configurações de ambiente linguístico possíveis na educação de surdos.

Vale considerar que, em qualquer análise de legislação, segundo Coelho (2010, p. 46), os "contornos das práticas não dependem

exclusivamente dos articulados legais”. No entanto, a pesquisa buscou evidenciar a racionalidade que opera nas normativas que estabelecem políticas linguísticas para surdos no Brasil tendo o ambiente linguístico como a principal variável.

## **Resultados e discussão**

A partir da análise do material, é possível evidenciar a constituição de diferentes espaços para o desenvolvimento da educação de surdos. Ainda que, para Albres (2017), a conceituação de tais espaços nos documentos seja simples e não abarque a totalidade material necessária para a sua implementação, buscou-se analisá-los sob o viés glotopolítico para compreender as configurações possíveis do ambiente linguístico da educação de surdos.

Se antes da emergência das políticas inclusivas e do fortalecimento das concepções de bilinguismo

para surdos, a educação ofertada a esses sujeitos estava restrita a instituições de educação especial e pautada em um caráter reabilitador, nas últimas décadas, observa-se uma ampliação do território educacional para alunos com surdez.

No capítulo VI do Decreto nº 5.626/2005, é definida a organização de quatro espaços para a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação básica: (i) escolas de educação bilíngue, (ii) classes de educação bilíngue, (iii) escolas bilíngues e (iv) escolas comuns da rede regular de ensino. É interessante observar que não há uma distinção muito evidente, nesse documento, entre escola de educação bilíngue e escola bilíngue.

No entanto, as escolas e classes de educação bilíngue são relacionadas à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, possuem professores bilíngues e seriam abertas a alunos surdos e ouvintes. No § 1º do art. 22, consta que são

“denominadas escolas e classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005). Por sua vez, as escolas bilíngues e as escolas comuns, também abertas a alunos surdos e ouvintes, são relacionadas aos anos finais do Ensino Fundamental, ao Ensino Médio ou à Educação Profissional; e contam com docentes cientes das singularidades linguísticas (não necessariamente bilíngues), bem como com tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa.

A partir dessa caracterização, é possível inferir pelo menos duas composições de ambiente linguístico da educação de surdos (uma delas subdividida). Essas composições não necessariamente correspondem a um determinado espaço físico institucional, mas podem se

materializar simultânea ou consecutivamente nas interações estabelecidas no interior de uma mesma instituição.

1. *Ambiente bilíngue abrangente*: considerando a presença de professores bilíngues e o desenvolvimento de todo o processo educativo em Libras e na modalidade escrita da língua portuguesa, é possível definir a constituição de um ambiente linguístico no qual a maioria das interações acontece em língua de sinais e português escrito. Isso não significa que não haja utilização do português em sua modalidade oral, uma vez que interações restritas a pessoas ouvintes possam acontecer dessa forma na ausência de surdos nesse ambiente.

2. *Ambiente bilíngue traduzido*: considerando a possibilidade de professores não bilíngues e da comunicação por intermédio de intérpretes, é possível definir a constituição de um ambiente linguístico no qual as interações entre língua oral e

de sinais são interpretadas de uma para outra. Esse ambiente pode ser subdividido em:

*2.1 Ambiente oralizado traduzido:* onde a maioria dos sujeitos usa a língua oral, considerando poder haver poucas ou uma única pessoa surda no ambiente, exigindo que as interações em língua oral passem a ser traduzidas para a língua de sinais.

*2.2 Ambiente sinalizado traduzido:* onde a maioria dos sujeitos utiliza a língua de sinais, considerando poder haver poucas ou uma única pessoa que desconheça a língua de sinais e as interações nessa língua passam a ser traduzidas para a língua oral.

Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a composição desses ambientes é reforçada, mas o atendimento educacional especializado (AEE) passa a adquirir certa centralidade. Como um complemento ou

suplemento à escolarização em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE, esse serviço que já era mencionado no Decreto de 2005 reaparece também na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e no documento subsidiário Orientações para implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2015a). Tanto a Política quanto o documento subsidiário reiteram a orientação para que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola de ensino regular. A partir das definições de AEE nesses documentos, é possível caracterizar um terceiro ambiente linguístico da educação de surdos.

3. *Ambiente bilíngue restrito*: considerando a característica complementar ou suplementar do AEE e que ele pode acontecer de maneira individualizada, define-se um ambiente no qual a interação ocorre na língua de sinais e na modalidade

escrita do português entre um número reduzido de interlocutores. A partir da caracterização desse ambiente, é possível também pensá-lo no contexto de classes ou turmas bilíngues (ALBRES, 2017).

A caracterização desses ambientes linguísticos a partir dos documentos inviabiliza observar as condições para aquisição ou aprendizagem das línguas. No entanto, é possível inferir que ambientes linguísticos abrangentes ofereçam mais oportunidades para o desenvolvimento linguístico da primeira língua, principalmente, pelo fluxo de interações nessa língua.

## **Conclusão**

Ao analisarmos a constituição de ambientes linguísticos possíveis da educação de surdos brasileira, tomamos como base um conjunto de documentos legislativos e políticos que regulamentam e orientam a educação de surdos no

país. A partir deles, foi possível caracterizar a composição de três ambientes linguísticos, sendo um deles possível de ser subdividido em dois: o ambiente linguístico abrangente, o ambiente linguístico traduzido (ambiente sinalizado traduzido e ambiente oralizado traduzido) e o ambiente linguístico restrito. Pensar nas formas possíveis de se constituir um ambiente linguístico da educação de surdos significa, na abordagem glotopolítica (LAGARES, 2018), refletir sobre as condições postas para agir sobre as línguas usadas ou ensinadas na educação desses sujeitos. Sua implementação em curso constitui o planejamento linguístico destinado a essa parcela da população.

Com base na análise aqui apresentada, entendemos que a concepção de ambiente linguística pode se tornar uma importante variável no estudo de práticas de inclusão escolar de surdos na atualidade. Considerando as condições de

minorização linguística a qual os surdos estão submetidos em sociedade, esse tipo de análise permite inferir sobre as funções sociais das línguas que compõem essas interações no desenvolvimento educacional.

## Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. Os diferentes caminhos para uma educação bilíngue (Libras/Português) na região sul do Brasil. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 339-363, out. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. p. 28.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. p. 2.

BRASIL. *Documento subsidiário: Orientações para implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC, 2015a.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.

COELHO, Orquídea. Surdez, educação e cidadania. Duas línguas para um caminho e para um mundo. In: COELHO, Orquídea (org.). *Um copo vazio está cheio de ar*: assim é a surdez. Porto: Livpsic, 2010. p. 17-100.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística?* Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de; PIZZIO, Aline Lemos; CRUZ, Carina Rebello; SOUSA, Aline Nunes de. Mosaico da linguagem das crianças bilíngues bimodais: estudos experimentais. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-24, jan./mar. 2016.

THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. *A educação de pessoas com deficiência no Brasil*: políticas e práticas de governamento. Curitiba: Appris, 2017.

WITCHS, Pedro Henrique; LOPES, Maura Corcini. Surdez como matriz de experiência. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 32-48, 2015.

WITCHS, Pedro Henrique; ZILIO, Virgínia Maria. Ambiente linguístico em educação de surdos. *ReVEL*, edição especial, n. 15, 2018.

# O SURDO AUTISTA E A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE E INCLUSIVA

Giovana Cristina Dutra de Campos<sup>3</sup>  
Roney Anderson dos Santos Bezerra<sup>4</sup>  
Magda Cristina Schulz<sup>5</sup>



<https://youtu.be/AWBpzQHmVRA>



**Palavras-chave:** Libras. Autista. Surdos. Bilíngue. Inclusão.

---

<sup>3</sup> Professora de Libras da Feneis/RS, licenciada em Pedagogia da Universidade Castelo Branco (UCB), Licenciada em Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e especialista em Docência de Libras da Universidade do Tuiuti do Paraná na parceira da UNINTESE. E-mail: arlgini.campos4@gmail.com.

<sup>4</sup> Professor de Libras do Centro Tecnológico Frederico Jorge Logemann/Fahor - Faculdade de Horizontina/ Licenciado em Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: bezerraroneya@fahor.com.br.

<sup>5</sup> Docente em Interpretação e Tradução em Libras, Educadora Especial da Rede Municipal de Santa Rosa. E-mail: magdacristinaschulz@gmail.com.

## Introdução

O presente artigo traz um pouco da experiência adquirida no exercício da docência com Surdos autistas<sup>6</sup> e o ensino da Língua de Sinais, como instrumento de comunicação e interação destes com o meio e com seus pares. Por ser o transtorno do Espectro Autista uma condição do sujeito que possui implicações comportamentais que destacamos dentro de situações de interação social,

---

<sup>6</sup> Registramos que não há ainda uma nomenclatura assertiva a condição dessas pessoas. Denomina-se de "Surdo autista" e/ou "autista surdo". Qual destas duas possibilidades poderá elucidar e facilitar o plano de atendimento que se construirá para contemplarmos a estes sujeitos, dentro da perspectiva de uma educação para todos e inclusiva? Na primeira, se enfatiza os sintomas comportamentais que acometem uma questão sensorial, que interferem na comunicação. Na segunda, se enfatiza uma deficiência sensorial que associada a um quadro de sintomas comportamentais de um sujeito que possui dificuldade para interagir, de se comunicar e até mesmo de reconhecer o outro. Adotaremos neste texto, Surdo autista.

com maneirismos e estereotípias e, principalmente, com situações de atraso na linguagem e na fala, estar também na condição de surdez total ou parcial, traz implicações muito pertinentes para o trabalho significativo no desejo de comunicação e interação destes alunos Surdos autistas com os demais. A pouca experiência e a necessidade de poder exercer a função de docente da língua de Sinais no espaço bilíngue de uma escola para Surdos, são aspectos a destacar no trabalho desenvolvido com alunos Surdos e Surdos autistas.

## **Referencial teórico**

Atualmente é possível se ter muitas informações sobre a surdez, desde questões implicadas à saúde e fisiologia, bem como na organização sociocultural característica desta, existem bibliografias em torno da Linguística da Língua de Sinais, sua estrutura gramatical, a história

da comunidade surda, sua luta, sua literatura, seus desafios na conquista por um espaço onde os diferentes grupos sociais possam ser reconhecidos como sujeitos de desejo.

O mesmo acontece se desejarmos conceituar e, inclusive, contar um pouco da história do Transtorno do Espectro Autista, as descobertas em torno deste, possíveis terapias e inclusive a instituição de leis de garantia e de acessibilidade destes em todos os espaços.

No entanto, quando surge a necessidade de atendermos ambas situações num único sujeito, deparamo-nos com pouquíssimas situações de registro, de estudo e inclusive de relato de experiências no contato com crianças, jovens e adultos Surdos autistas. Apontamos que até pouco tempo atrás, muitas crianças autistas eram diagnosticadas erroneamente como surdas, por não

atenderem a alguns sons, inclusive aos seus próprios nomes.

## **Metodologia**

Partimos para o registro e relato da experiência do ensino e educação de alunos Surdos autistas, em uma escola bilíngue de Educação de Surdos. Sendo quatro alunos com idades entre 13 a 23 anos, atendidos diariamente em uma turma denominada como classe de Atendimento Pedagógico Diferenciado (APD), todos apresentando surdez profunda e concomitante a comportamentos ritualísticos, estereotípias e quase nenhuma interação social, dependência e pouca autonomia.

Ao ser ofertado o Ensino da Língua Brasileira de Sinais pela docente surda, tal situação causou questões inéditas de atendimento, inclusive para a comunidade escolar, pois os demais alunos Surdos

achavam o comportamento destes equivocados, inclusive sinalizando que o lugar destes seria numa escola para alunos com deficiências e não a escola em que estavam.

Neste espaço, no decorrer do período letivo, foram realizadas atividades motoras como: recorte, atividades de pareamento, pinça, colagem, sempre buscando vincular as atividades ao ensino da língua de sinais. Foi ofertado atividades práticas e de experimentação para estimular as diferentes competências presentes.

No entanto, destacamos que, por mais que fossem ofertadas inúmeras situações de aprendizagem que visavam estimular a aquisição da língua de sinais pelos alunos, o trabalho desenvolvido resultava em cópia, mecanicamente executavam uma repetição dos sinais sem autonomia, sem iniciativa de comunicação e de interação. Assim, os alunos executavam os sinais

mediante a ação primeira do professor, instrutor, ou seja, a autonomia e a iniciativa por parte do aluno em estabelecer ou iniciar um processo comunicativo com outro não aconteceu.

Alguns sinais foram decorados e estabelecidos dentro de uma rotina, como exemplo o sinal Ol. Sempre que chegavam na escola era automático que dois deles sinalizassem esse cumprimento, mas sem expressão facial. Este sinal estava na sua rotina, atrelado a uma questão comportamental e ritualística, deixando claro que não havia reconhecimento do que o este significava. Tanto que o terceiro aluno não executava este sinal ao chegar na escola.

Se todos os três se fossem saudados por uma pessoa que os cumprimentada com um "oi", provavelmente reproduziriam o sinal. No entanto, se fossem saudados com o sinal de boa tarde, o sinal

seria copiado, não continuariam mantendo ou substituiriam o “oi” como saudação.

O que percebemos foi o fato de que o trabalho com o Surdo autista tomou uma dimensão preocupante e inclusive permeia a linha da frustração, pois não havendo autonomia por parte destes alunos, a ação se estabelecia no ato de copiar, imitar, reproduzir apenas. O desenvolvimento da habilidade de conversação não evoluía, o aluno apenas mostra saber executar os sinais, mas não há interação com estes sinais na língua de sinais.

Há a execução das atividades apenas, e muitas vezes de forma correta, por já estar condicionada, treinada, porém não há um processo de construção. Não se percebeu a aquisição de novos conhecimentos, e sim execução, reprodução, ação mecânica, o que dificulta ao professor poder perceber se houve ou não aprendizagem.

O primeiro contato com pessoas Surdas autistas ocorreu na escola de alunos surdos e de ensino bilíngue, a Escola de Ensino Médio Concórdia para Surdos no município de Santa Rosa, como instrutora de Libras, na turma, então denominada, Atendimento Pedagógico Diferenciado (APD), no ano de 2012, já então graduada em Pedagogia. Já desenvolvia minhas atividades como instrutora de Libras na referida escola nas turmas regulares e até aquele momento ainda não havia tido experiência com a educação especial e no atendimento a pessoas autistas.

Tal situação fez com que houvesse da minha parte a construção de um novo planejamento e elaboração de um plano de curso que pudesse contemplar as especificidades desta turma, tão peculiar e heterogênea. Este novo olhar fez com que também partisse de mim uma mudança na metodologia do meu trabalho, novos recortes no

meu planejamento, tornando o mais flexível, o que fez com que voltasse meu plano de aula para ações muito mais práticas, buscando o desenvolvimento das funções cognitivas básicas e de percepção. O currículo comum que era desenvolvido nas outras turmas, nesta teve que receber recortes e muitas adaptações.

## **Resultados e discussão**

A partir da experiência vivenciada, observamos que, por não haver um currículo específico para este atendimento, ainda estão presentes muitas dificuldades implícitas numa verdadeira educação e alfabetização bilíngue para estes sujeitos. Por tal questão, motiva-se a discussão para a construção de um projeto curricular que contemplasse ambas situações, no espaço da escola bilíngue, dando garantia de atender as reais necessidades destes.

Partindo de alguns questionamentos básicos, mas oportunos: *Como seria este ensino? O que teríamos para contemplar no desenvolvimento deste aluno? Quais as condições de aprender? Qual é o potencial cognitivo de cada sujeito? Que habilidades e competências são importantes a serem desenvolvidas?*

Apontamos que avançamos, por meio da interdisciplinaridade, da interação entre as diferentes áreas do conhecimento, pontuando não só questões pertinentes à saúde, à psicologia, mas principalmente dentro de uma possibilidade pedagógica da educação especial que seja possível a construção de um projeto curricular que realmente atenda a demanda das reais necessidades destes alunos.

Outro aspecto importante a se ponderar é o trabalho de suporte e de apoio pedagógico ao professor, monitor Surdo e/ou ouvinte no

Atendimento destes alunos. Não é possível fazermos uma educação sozinhos, a inclusão bate à porta e, muitas vezes, adentra sem pedir licença. Não oportunizar possibilidades a estes sujeitos de se apropriarem da Língua de Sinais ou de estarem ocupando os diferentes espaços é estar negando o direito à diversidade e, principalmente, a tornarem-se sujeitos desejantes.

Como o professor Surdo ensinará a Libras para Surdos autistas? Não existe uma didática específica, materiais didáticos em Libras para estes alunos, também não tem DVDs, filmes com contação de histórias, teatro. Ou seja, toda a dificuldade de adaptação deste material para Surdos autistas e também a questão da comunicação entre pares, questões de afinidade, como isto deveria de ser trabalhado? São questões complexas, difícil de pensar num planejamento específico, nestes casos do componente curricular da Libras.

## Conclusão

Temos uma importante discussão em torno do que surge. Primeiramente, é o reconhecimento destes sujeitos dentro de sua condição, o vemos como autistas ou como surdos, em situação de surdez ou de autismo. Reconhecemo - os como sujeitos de desejo, de aprendizagem e de humanidade. O mesmo olhar que dispensamos às crianças e jovens autistas, o mesmo olhar que dispensamos aos sujeitos Surdos devem estar sobre estes sujeitos com múltiplas necessidades de atendimento.

A escola como espaço inclusivo deve habitar nas escolas regulares e nas escolas bilíngues. A formação de profissionais se faz importante e necessária quando oportuniza aos educadores situações e aquisição para novos conhecimentos e para o contato com as questões pertinentes presentes. Mesmo havendo um número reduzido de

crianças, jovens e adultos Surdos autistas registrados, faz-se importante voltarmos o olhar de preocupação e de atenção ao processo de ensino-aprendizagem a estes, inclusive amparando à família destes, para que seja abandonado a percepção equivocada de deficiência, coitadismo e incapacidade.

A língua de sinais pode sim tornar-se uma ferramenta de estímulo à comunicação destes sujeitos autistas Surdos, com o meio e com o outro, assim auxiliando a diminuir os obstáculos que se apresentam nas condições apresentadas. Sendo ela um norte para a Inclusão.

## Referências

BATISTA, Cristina Abranches Mota. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. 2. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2006. 68 p.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. *O Atendimento Educacional Especializado: Pessoas com Surdez*. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

MELLO, Ana Maria S. *Autismo: guia prático*. 7. ed. Brasília: CORDE, 2007.

# A PROPOSTA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC E O ATENDIMENTO DE ALUNOS SURDOS

Beatriz Schüssler<sup>1</sup>  
Ana Paula Jung<sup>2</sup>



<https://youtu.be/ylaTZnUaalg>



**Palavras-chave:** Educação de Surdos. Educação Infantil. Proposta Curricular.

---

<sup>1</sup> Discente no Curso Superior em Pedagogia Bilíngue - Libras-LP do Câmpus Palhoça Bilíngue do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Bolsista do Projeto de Pesquisa Código PIPHB631-2018, Edital 29/2018/PROPP/DP/Câmpus Palhoça Bilíngue - 2o Semestre. E-mail: bs.schussler@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) no Curso Superior em Pedagogia Bilíngue - Libras-LP, Especialista em Gestão Pública (UFSM) e Graduada em Pedagogia (UDESC), bolsista do Projeto de Pesquisa Código PIPHB631-2018, Edital 29/2018/PROPP/DP/Câmpus Palhoça Bilíngue - 2o Semestre. E-mail: ana.jung@ifsc.edu.br.

## Introdução

Propomos apresentar a experiência desenvolvida no ano de 2018, em pesquisa realizada no Curso Superior de Pedagogia Bilíngue - Libras/Língua Portuguesa do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), onde buscamos conhecer a realidade da Educação Infantil no Município de Palhoça/SC.

Visando aproximar os conhecimentos apreendidos no âmbito do Curso com aspectos da realidade do campo de atuação, identificamos a proposta pedagógica do município de Palhoça/SC para esta etapa da escolarização, refletindo, à luz dos documentos legais norteadores em nível nacional, se ela contempla o atendimento de alunos surdos.

Assim, o objetivo principal foi relacionar a Proposta Curricular da Educação Infantil do município com as diretrizes nacionais para a

Educação Infantil, compreendendo em que medida esta proposta curricular municipal dialoga com outros documentos voltados à implementação da Educação Bilíngue para Surdos no Brasil.

## **Referencial teórico**

Partindo da concepção sociohistórica, na qual a realidade é construída a partir de uma visão não fragmentada, concordamos com Freitas (2003), ao compreender o sujeito como um conjunto de relações sociais. Assim, procuramos desenvolver esta pesquisa a partir de uma abordagem dialógica, o que, segundo afirma Freitas (2003), na abordagem histórico-dialética pesquisador e pesquisado são partes integrantes do processo investigativo e nele se ressignificam.

A abordagem qualitativa caracteriza-se por abordar e produzir conhecimento sobre grupos sociais e, neste sentido, os sujeitos são

compreendidos enquanto protagonistas dentro de determinado contexto histórico, social e cultural. Esta abordagem se utiliza de modelos interpretativos de pesquisa e, conforme Lüdke e André (1986), permite a combinação metodológica de técnicas tais como a entrevista e a análise de documentos, dentre outros.

Consideramos, desta forma, a possibilidade de realização de entrevistas com o objetivo de complementar as informações contidas nos documentos, compreendendo o contexto histórico no qual estes foram construídos, bem como se o conteúdo por estes expressos se traduzem em práticas de sala de aula com alunos surdos na Educação Infantil no município de Palhoça/SC.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão de literatura no que se refere a oferta de Educação

Infantil no Brasil, complementados com dados coletados em duas entrevistas. Na primeira entrevista realizada, recebemos uma professora Surda que atua na Rede Municipal de Ensino de Palhoça/SC. Na segunda entrevista estiveram presentes a Secretária Municipal de Educação, acompanhada de coordenadoras que faziam parte da gestão desta Secretaria à época. Ambas entrevistas foram realizadas no Câmpus Palhoça Bilíngue do IFSC, em datas diferentes.

Em relação aos documentos acessados, cabe ressaltar que analisamos a Proposta Curricular do Município para a Educação Infantil (PALHOÇA, 2007), as Diretrizes para a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino (PALHOÇA, 2012), além de alguns dos principais documentos norteadores da Educação Infantil no Brasil: a LDB (1996), o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares

Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil (BRASIL, 2018).

## **Resultados e discussão**

A partir dos documentos oficiais acessados, foi possível perceber que ainda é preciso construir um caminho de maior diálogo entre todos os envolvidos no processo de desenvolvimento escolar de crianças surdas na Educação Infantil no contexto analisado, uma vez que nos documentos municipais não identificamos um aprofundamento em relação aos processos e procedimentos didático pedagógicos voltados a este público.

Confrontando o conteúdo dos documentos e as narrativas apresentadas nas entrevistas realizadas, foi possível compreender o contexto tanto de elaboração dos documentos quanto sua aplicabilidade prática, no cotidiano das escolas.

Acreditamos que as mudanças que ocorrem a partir das imposições legais em nível nacional são delegadas aos estados e municípios e que não raro, alterações precisam ser efetivadas em tempo acelerado e sem a devida preparação, onde “as políticas locais para educação infantil estão sujeitas a formas aligeiradas de dar conta de uma demanda crescente, ou constante, a variar por município ou por linhas de gestão” (FORTKAMP; FULGRAFF; WIGGERS, 2017, p. 7).

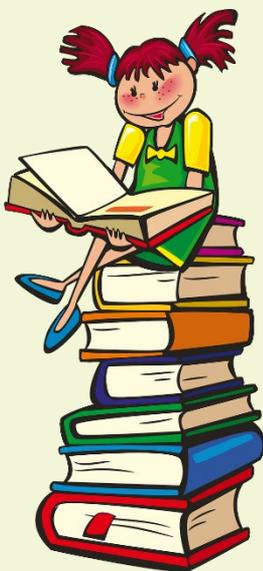
Processo semelhante vem sendo vivenciado na atualidade a partir da demanda de adequação das propostas curriculares para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental a partir da publicação da BNCC. As mudanças apresentadas pela Base para a Educação Infantil, etapa escolar a que se aplica a pesquisa aqui apresentada, apontam para alterações conceituais muito profundas, que trazem o foco dos processos de ensino e aprendizagem muito mais

focados na criança e nas múltiplas formas de estimulá-la a se desenvolver. Dentre vários outros pontos,

Uma questão que tem se colocado por diferentes atores na discussão curricular na Educação Infantil tem sido a da aquisição da língua escrita, ou processo de alfabetização. Historicamente, a educação infantil tem assumido seu papel educativo no domínio da oralidade e reconhecido seu papel na constituição de sujeitos falantes, pois, para muitas crianças as unidades da educação infantil são o lugar onde elas desenvolvem sua fala e aprendem as mais diversas formas sociais de comunicação, as cantigas, as brincadeiras de roda, os jogos cantados. É lá também que as crianças com deficiência auditiva ou visual podem se apropriar de outras formas de comunicação, como língua de sinais ou alfabeto braille, igualmente importantes para estabelecer suas possibilidades de apropriação da cultura humana historicamente elaborada (OLIVEIRA, 2017, p. 35-36).



Para atingir o objetivo de estimular a oralidade das crianças na Educação Infantil, Oliveira (2017) complementa, afirmando que



É importante lembrar que dentre os bens culturais que as crianças têm direito a ter acesso está a linguagem verbal, que inclui a linguagem oral e a escrita, instrumento básicos de expressões de ideias, sentimentos e imaginação. A aquisição da linguagem oral depende das possibilidades das crianças observarem e participarem cotidianamente de situações comunicativas diversas onde podem comunicar-se, conversar, ouvir histórias, narrar, contar um fato, brincar com palavras, refletir e expressar seus próprios pontos de vista, diferenciar conceitos, ver interconexões e descobrir novos caminhos de entender o mundo. É um processo que precisa ser planejado e continuamente trabalhado (DCNEI, 2009 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 38-39).

Ao colocarmos as diretrizes e normativas nacionais frente aos dados documentais municipais e às narrativas coletadas através das entrevistas,

percebemos que é preciso articular formas de aproximar os debates desenvolvidos em âmbito acadêmico das demandas e fluxos municipais voltados à educação, em especial àqueles que se relacionam com a educação de crianças surdas inseridas nas escolas de Educação Infantil da Rede Municipal.

## **Conclusão**

A partir da pesquisa desenvolvida, traçamos algumas alternativas possíveis para que a temática do atendimento às crianças surdas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Palhoça/SC tenha uma maior atenção. Neste sentido, uma das ações foi a elaboração de um folder informativo (Figuras 1 e 2), destinado à distribuição para os servidores da educação no município. Outra ação efetivada foi o estabelecimento de um canal de troca

e cooperação técnica entre a Secretaria Municipal de Educação e o IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, com vistas a elaborar e fornecer formação e qualificação, além de possibilitar a realização de práticas de acadêmicos do Curso Superior em Pedagogia Bilíngue em campo, ou seja, nas escolas da Rede.

Figura 1 – Parte externa do Folder

**Membros da pesquisa**

- Profa. Esp. Ana Paula Jung (coordenadora)
- Beatriz Schüssler (aluna bolsista vinculada ao curso superior de Pedagogia Bilíngue - Libras/LP)
- Profa. Esp. Emanuelle Schmitt (professora colaboradora)

**Contato coordenadora:**  
✉ ana.jung@ifsc.edu.br

**Dica!**

- Para ter contato com a Libras e com a cultura surda procure pelas Associações e entidades de surdos do município ou da região onde você vive e participe dos cursos e das ações por elas promovidas.
- Se você busca por formação ou qualificação profissional, conheça os cursos oferecidos pelo IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue acessando nossas redes sociais ou nos visitando.

**A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Material elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa "Proposta Curricular para a Educação Infantil no Município de Palhoça: (re)significando os caminhos pedagógicos a partir da perspectiva da Educação Bilíngue, envolvendo a Libras e a Língua Portuguesa", financiado pelo Edital 29/2018/PROPI do IFSC Câmpus Palhoça Bilíngue, executado de 01 a 19/12/2018, com distribuição gratuita.

**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus Palhoça Bilíngue

**(48) 3341-9700**  
contato.palhoça@ifsc.edu.br  
[www.palhoça.ifsc.edu.br](http://www.palhoça.ifsc.edu.br)  
[www.facebook.com/palhoça.bilingue.ifsc](https://www.facebook.com/palhoça.bilingue.ifsc)  
Rua João Bernadino da Rosa, s/n°  
Pedra Branca, Palhoça/SC. CEP 88137-010  
[www.palhoça.ifsc.edu.br](http://www.palhoça.ifsc.edu.br)

Fonte: IFSC (2018).

Figura 2 – Parte interna do Folder

A Educação Infantil é uma das etapas mais importantes no desenvolvimento das potencialidades que as crianças levarão por todas as demais etapas da vida. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 29º, a "educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade." (BRASIL. LDB, p. 22, 2017).

No texto introdutório da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, essa etapa tem como objetivo fundamental a ampliação do "universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens", desenvolvendo de maneira integral e abrangente "a socialização, a autonomia e a comunicação" (BRASIL. BNCC, P19, 2017).

Para a criança surda, essa etapa é ainda mais importante, visto que é na escola, na maioria das vezes, que acontecem os primeiros contatos e o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, Libras, como é mais conhecida. Segundo o Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilingue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, "é necessário prever espaços para aquisição da Libras uma vez que a maioria das crianças surdas não tem acesso a essa língua no ambiente familiar", ressaltando que nesses espaços "as atividades para aquisição da Libras envolvem interação, conversação, contação de histórias, entre outros" (BRASIL. MEC/SECADI, p. 10, 2014).

### Como atender adequadamente alunos surdos na Educação Infantil?

Essa pergunta é recorrente quando a creche ou o espaço de Educação Infantil recebe crianças surdas. Considerando que os ouvintes são a maioria em nossa sociedade, é também comum observar que a chegada de alunos surdos causa preocupação e ansiedade no grupo de educadores. Pensando nessas constatações, listamos algumas sugestões que poderão auxiliar a equipe pedagógica a desenvolver um trabalho adequado à especificidade da criança surda na Educação Infantil:

- ☞ Aprender Libras – Língua Brasileira de Sinais – é fundamental para comunicar-se com a criança surda, mesmo que ela ainda não conheça essa língua. Muitas vezes é o professor a primeira pessoa a apresentar a Libras para a criança surda.
- ☞ Preparar e adaptar o ambiente escolar e os materiais utilizados para o desenvolvimento de habilidades e competências das crianças, a partir da perspectiva visual da pessoa surda.
- ☞ Fortalecer os laços com a família, buscando conhecer a história de vida da criança, seus hábitos, se vive em um ambiente linguístico que a estimule (se a família sabe e utiliza a Libras na comunicação).
- ☞ Promover momentos de formação e aprendizado voltados à equipe de educadores e também às famílias, tanto em relação à Libras quanto em relação à diferença da pessoa surda nos vários aspectos da vida.

### Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSEDA/INDIME, 2017. Disponível em: <[568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1edpdlf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1edpdlf)>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização e Diversidade. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilingue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 917/2013 do MEC/SECADI. Brasília, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/docu/ment/7?code=56513>>.



Fonte: IFSC (2018).

A realização da pesquisa possibilitou uma maior compreensão da realidade local, estimulando o pensamento crítico e nos levando a criar hipóteses de caminhos possíveis no sentido de qualificar os atendimentos voltados aos alunos surdos com idade para frequentar a Educação Infantil.

Assim sendo, consideramos relevante compartilhar o desenvolvimento da pesquisa realizada paralelamente às demais atividades acadêmicas e que possibilitou compreender como diferentes conhecimentos desenvolvidos na formação em Pedagogia Bilíngue se refletem nas práticas educacionais cotidianas.

## Referências

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular. A etapa da Educação Infantil*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

FREITAS, M. T. A. A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 26., 2003, Poço de Caldas, 2003. *Anais [...]*. Poço de Caldas: ANPED, 2003.

Disponível em:

[www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/semariateresaassuncaoalfreitas.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/semariateresaassuncaoalfreitas.rtf). Acesso em: 2 jun. 2019.

IFSC. *A importância da Libras para alunos surdos na Educação Infantil*. Folder. Palhoça: IFSC, 2018.

FORTKAMP, Eloisa Helena Teixeira; FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes; WIGGERS, Verena. *Educação infantil: alguns aspectos que constituem o debate*. Tubarão: Copiart, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Desafios na construção de uma Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil. *In*: FORTKAMP, Eloisa Helena Teixeira; FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes; WIGGERS, Verena (orgs.). *Educação infantil: alguns aspectos que constituem o debate*. Tubarão: Copiart, 2017.

PALHOÇA. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta Curricular do Município para a Educação Infantil*. Palhoça: SME, 2007.

PALHOÇA. Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes para a Educação Especial na Rede Municipal de Ensino*. Palhoça: SME, 2012.

**ENSINO  
DE LÍNGUA  
DE SINAIS**

# ENSINO DE LIBRAS PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO

Elaine Aparecida de Oliveira da Silva<sup>1</sup>



<https://youtu.be/-qcCUZAV7AU>



**Palavras-chave:** Ensino de Libras. Área da Saúde. Didática.

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no curso de Letras Libras. Mestra em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGET/UFSC). E-mail: elaikk@hotmail.com.

## Introdução

O objetivo do trabalho é refletir sobre o ensino de Libras para turmas de graduação em medicina, nutrição, odontologia, fisioterapia e enfermagem. Trata-se de um tema significativo para a área dos Estudos sobre Educação de Surdos, Libras e Interpretação. Concordamos que o ensino de Libras para atuação em diferentes esferas impacta significativamente a educação e a participação social de pessoas surdas, portanto esse trabalho é relevante.

## Referencial teórico

Tomando como base estudos sobre o ensino de Libras (ALBRES, 2014) e pautando-se em uma perspectiva social do ensino de língua construímos a problematização do ensino de Libras a partir de vivências reais e uso da língua.

O ensino de Libras passou por diferentes momentos no Brasil, desde o uso da relação palavra escrita e sinal, como se fosse possível uma tradução direta ao movimento de ensino de libras por contextos de uso, promovido pelo “Programa nacional de Educação de surdos” implementando o uso do Livro “Libras em contexto” da FENEIS. Atualmente, os professores de Libras em número significativo têm uma formação em Letras libras e podem se apoiar/aprofundar sobre o a linguística aplicada e o os estudos de didática de ensino de línguas.

Para Albres (2014) o ensino da Libras requer mais que ensino de sinais, ficando evidente que os discursos são emaranhados de fios ideológicos e subjetivos. Direciona a reflexão e reorganização sobre a construção da prática pedagógica para o ensino de Libras e para o redimensionamento qualitativo entre teoria e prática na formação de

professores. A autora indica que o ensino deve estar voltado para a formação em áreas específicas e deve ser significativo para os aprendizes. Nessa perspectiva, refletimos sobre uma rede complexa de ações e intervenções nos cursos de graduação da área da saúde e seus desdobramentos na prática pedagógica em disciplina de Libras.

## **Metodologia**

A partir do estudo de caso de ensino de Libras para Bacharelado na UFMS, selecionamos as atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo de uma disciplina de 51 horas para introdução na comunicação em Libras e conhecimento de aspectos da comunidade surda nos cursos de medicina, nutrição, odontologia, fisioterapia e enfermagem.

## Resultados e discussão

O ensino do Bacharelado na disciplina de Libras para a área saúde visa diminuir as dificuldades e a falta de comunicação entre pacientes surdos e a equipe que presta a assistência hospitalar, buscando melhorar e humanizar a assistência prestada aos pacientes e familiares com estabelecimento da comunicação em Libras. Como também abrir novas oportunidades de interação entre os cuidadores de saúde e os usuários não ouvintes dos serviços, considerando que o bilinguismo Português/Libras, assegurando-lhes a equidade, de acordo com os princípios do Sistema único da saúde - SUS.

Além da comunicação, os aprendizes de Libras precisam ser informados sobre aspectos teóricos da Libras no que tange seu reconhecimento e status linguístico, as políticas de acessibilidade e os direitos linguísticos da comunidade surda. Assim, os

estudantes de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia são desafiados a se comunicar em Libras desde o começo do curso. Aprendem como se apresentar em Libras, desenvolver alguns diálogos (com temas relacionados ao atendimento da área da saúde), exercícios com vídeos em Libras. Desenvolvemos uma semana de atividades de Libras integrando os cursos. Apresentamos a seguir os materiais didáticos utilizados:

#### Quadro 1 - Materiais utilizados nas aulas

**Livros:**

GESSER, Audrei. *LIBRAS, que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

MS. Gerência Saúde da Criança e Aleitamento Materno/CEAB/DSAS/SES/MS. Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez/CAS/SED/MS. *Glossário de Amamentação em LIBRAS*. Cristiane Ribeiro Albres -Elaine Aparecida de Oliveira. 2004

IGUMA, Andréa, PEREIRA, Claudia Barbosa. *Saúde em libras: vocabulário ilustrado: apoio para atendimento do*

paciente surdo. São Paulo: Áuera Editora, 2010.

**Outros materiais:**

Blog Libras e saúde: <http://librasesaude.blogspot.com/>  
<https://www.youtube.com/watch?v=pJL4bp9-u9w>,  
<https://www.youtube.com/watch?v=REsaQMgrDQE>,  
<https://www.youtube.com/watch?v=fz7TillWyds>,  
[tvines.org.br/?p=16084](http://tvines.org.br/?p=16084) Livros intérprete de libras e  
éticos: <https://www.slideshare.net/ThemeniCaroline/o-tradutoreinterpretedelinguabrasileiradesinaiselinguaportuguesa>

Ensino de LIBRAS:

<https://www.youtube.com/watch?v=fz7TillWyds>

Fonte: Produzido pela autora.

Figura 1 - Material didático - Glossário bilingue:  
Amamentação em Libras Livro e CD



Fonte: Produzido pela autora.

Na Figura 1, apresentamos o material didático utilizado em algumas disciplinas, principalmente, nos cursos de Medicina e de Enfermagem. O glossário usado para consulta de sinais específicos da área pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 - Página do Glossário em Libras



Fonte: MS - Glossário bilingue: Amamentação em Libras (2004).

Utilizamos também vídeos em Libras com narrativas e histórias como material disparador da discussão e compreensão das necessidades dos pacientes surdos, como as puerperais e as

orientações sobre os cuidados com recém-nascido e a amamentação do bebê<sup>2</sup>.

Figura 3 - Vídeo utilizado em aula - explicação contextualizado



Fonte: MS - Glossário bilíngue: Amamentação em Libras (2004).

Dada a complexidade e a inexistência de material didático e /ou informativo que atendesse esse segmento da população, o Projeto evoluiu para a construção de sinais que permitiram a elaboração de um Glossário Bilíngue em Amamentação (Português/Libras - Impresso e vídeo) e contextua-

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://youtu.be/fz7TillWyds>.

lização do Manejo Básico da Amamentação em vídeo, considerado pioneiro e que despertou o interesse da coordenação da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano para que o mesmo fosse apresen-tado ao Ministério da Saúde, a ser utilizado

Figura 4 - Blog Libras e Saúde



Fonte: Blog Libras e Saúde (2009)<sup>1</sup>.

pelos profissionais que trabalham a Política Nacional de Aleitamento Materno. Realizamos consultas em blogs e páginas do Youtube específicas para extrair os termos-sinais, vídeos e materiais sobre a área de saúde, como apresentado na

Figura 4. A sequência didática da disciplina é desenvolvida da seguinte forma:

## Quadro 2 - Cronograma das aulas

Primeira aula: teoria

Segunda aula: prática de Libras etapa 1 até 5 - conhecimento saúde

Terceira aula: diálogo em Libras

Quarta aula: sala de aula Libras

Quinta aula: vídeo libras tipos saúde, atendimento, remédio, hospital, amamentação, hospital maternidade, tratamento saúde, sexual corporal e perfil intérprete saúde.

Sexta aula: Seminário de vídeo libras trabalho resumo com apresentação o anexo imagem e vídeo

Fonte: Produzido pela autora.

Consideramos que as atividades específicas com temas da área da saúde, como sintomas, atendimento médico, orientações aos pacientes contribuem para uma aprendizagem mais significativa e eficiente. Os alunos simulam atendimentos e interagem tanto assumindo papel de paciente quanto de profissional da saúde.

## Conclusão

O ensino de Libras no Ensino Superior precisa estar direcionado para a respectiva área de atuação dos futuros profissionais. Como podemos notar nesse estudo de caso que aborda a área da Saúde, o uso de materiais que dão suporte à aprendizagem dos alunos têm uma grande relevância didática.

Com este trabalho é possível colaborar com as práticas pedagógicas para o ensino de Libras como L2 para ouvintes, mais especificamente para profissionais da área da saúde, melhorando conseqüentemente a vida das pessoas surdas que precisam dos serviços prestados por estes profissionais.

## Referências

ALBRES, Neiva de Aquino. *Relações dialógicas entre professores Surdos sobre o ensino de*

*Libras*. 305 f. 2014. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação Especial. São Carlos: UFSCar, 2014.

BRASIL. *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.481, de 3 de outubro de 1988. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 126, n. 190, 4 out. 1988. Seção 1, parte 1, p. 19291-19292.

BRASIL. *Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2000.

BRASIL. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Casa Civil, 2010.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa?:* Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

IGUMA, Andréa, PEREIRA, Claudia Barbosa. *Saúde em Libras: vocabulário ilustrado: apoio para atendimento do paciente surdo.* São Paulo: Áuera Editora, 2010.

CASSOL, Glória Barbosa. Assessoria no Centro de Educação da UFSM: uma atividade dispensável? *In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (org.). Práticas, identidade e memória: 30 anos de Relações Públicas na UFSM.* Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. p. 183-190.

FERREIRA, Paulo Henrique de Oliveira. O jornalismo online. *Revista de Estudos de Jornalismo, Campinas, v. 6, n. 1, p. 65-77, jan./jun., 2003.*

## Fonte dos vetores

Balões

[https://static.vecteezy.com/system/resources/previews/001/195/455/non\\_2x/speech-bubble-png.png](https://static.vecteezy.com/system/resources/previews/001/195/455/non_2x/speech-bubble-png.png)

Ilustrações

<https://pixabay.com/pt/>



ISBN: 978-65-87206-66-0

**CBL**



9 786587 206660